

Nº 437 - AGOSTO, 26º ANO

2024

**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**



ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.

Nº 437 – AGOSTO DE 2024, 26º ANO

EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) organizou eventos durante o mês de agosto, que tiveram participação do público interno e outros interessados.

No dia 6 foi realizado o treinamento sobre Inteligência Artificial, 1º módulo, direcionado para Procuradores. O curso foi ministrado pela Procuradora Lilian Mendes Haber e teve como objetivo capacitar os participantes com habilidades práticas no uso de ferramentas jurídicas de inteligência artificial. As aulas foram realizadas de forma presencial.



No dia 9 ocorreu o evento comemorativo ao Dia dos Pais. Na ocasião, os pais servidores foram saudados pelo Dr. Ricardo Nasser Sefer, Procurador-Geral do Estado, pela Dra. Gabriella Dinelly Mareco, Diretora da ESAP, e pelo Dr. Rolan Massoud, Presidente da APEPA. Em seguida, ocorreu a apresentação do Coral da PGE, com um café da manhã encerrando as comemorações.

No dia 12 aconteceu a apresentação do Sistema Attus Procuradoria Digital. No dia 20 ocorreu o workshop “O Líder do Futuro e o Serviço Público”, no auditório da Secretaria de Comunicação do Estado (SECOM). Ministrado por Guiomar Passos, especialista em Comunicação, teve como objetivo mostrar técnicas para aprimorar a habilidade de liderança na Administração Pública. O curso foi direcionado exclusivamente para o público interno da PGE-PA, sendo obrigatório para todos que ocupam posição de chefia.



APRESENTAÇÃO INICIAL E DIVULGAÇÃO DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ATTUS

REUNIÃO PRESIDIDA PELA
EMPRESA ATTUS E PGE

12 DE AGOSTO DE 2024, 9H

AUDITÓRIO DA PGE

MODALIDADE: HÍBRIDO
PÚBLICO-ALVO: EVENTO INTERNO
PARA A COMUNIDADE PGE



No dia 23 foi realizada a palestra “Arte Contemporânea e Colecionismo no Pará”, promovida pelo GT Qualidade de Vida no Trabalho, com o apoio da APEPA. Foi ministrada pelo professor, advogado e ex-Procurador-Geral do Estado Jorge Alex Athias, com participação especial dos artistas plásticos Berna Reale e Pablo Mufarrej. Na ocasião, o palestrante fez doações para esta Procuradoria de obras do seu acervo pessoal, incluindo trabalhos dos artistas Nina Ramos, Pablo Mufarrej, Berna Reale, Marinaldo Santos e Camila Fialho. Em breve, todas essas obras estarão em exposição no prédio da PGE. Aberta ao público em geral, foi realizada na modalidade híbrida.

Ainda este mês, foram abertas as inscrições para o 3º Simpósio de Direito Ambiental, com o tema “Advocacia Pública e desenvolvimento socioambiental: Desafios jurídicos para a COP30”. O evento tem como público-alvo Procuradores do Estado, Procuradores Autárquicos, Consultores Jurídicos, estudantes de Direito e profissionais que atuam na área ambiental e será realizado na modalidade híbrida, nos dias 05 e 06 de setembro deste ano, no Palacete Pinho.



No campo normativo federal, importante mencionar a Emenda Constitucional nº 133, de 22 de agosto de 2024, que estabeleceu novas regras aos partidos políticos para as candidaturas de pessoas pretas e pardas, para a regularização e refinanciamento de débitos e reforçou a imunidade tributária dos partidos. No campo de legislações ordinárias, a mais relevante é a Lei nº 14.950, de 02 de agosto de 2024, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.

Entre os diplomas legais aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, é mister abordar a Lei Complementar nº 177, de 7 de agosto de 2024, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Pará, assim viabilizando a concessão deste importante serviço público. Além disso, foi aprovado o Decreto nº 4.146, de 26 de agosto de 2024, que regulamenta o art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Pará.

Dentro dos atos normativos da PGE, destaque para a Portaria nº 630/2024, de 9 de agosto de 2024, que designou os membros da Comissão Científica do 3º Simpósio de Direito Ambiental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Os nomeados foram Ibraim José das Mercês Rocha, Procurador do Estado do Pará; Fernanda Jorge Sequeira, Procuradora do Estado do Pará; Ana Cláudia Cruz da Silva, Mestre em Direito; Luciana Costa da Fonseca, Doutora em Direito e Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff, Doutora em Direito. A Secretária Executiva será a Procuradora Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, da ESAP.

Na Jurisprudência do STF, é importante destacar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7331. O texto da ADI questiona dispositivos legais da Lei das Estatais que restringia a nomeação de Ministros e Secretários de Estado para a direção de estatais. O Acórdão validou integralmente a Lei das Estatais e reverteu a liminar que declarava a inconstitucionalidade destes dispositivos, no entanto, o Plenário moderou seus efeitos para não afetar os dirigentes de estatais que foram nomeados durante a vigência desta liminar.

No que tange ao STJ, foi analisado o Recurso Especial (RE) 2079113, que abordou importante temática de Direito Processual Civil. Conforme a tese fixada pelo acórdão, a extinção do cumprimento de sentença coletivo proposto pelo legitimado extraordinário, por prescrição intercorrente, não impede a execução individual do mesmo título.

No que diz respeito ao TCU, foi aprovada a Súmula 286, sobre o tema da responsabilidade civil do Estado. Conforme o enunciado, a pessoa jurídica de direito privado e seus administradores respondem solidariamente pelos danos causados ao erário na aplicação de recursos oriundos de subvenção econômica, uma vez que esta configura transferência voluntária de recursos federais de ente público para pessoa jurídica, pública ou privada, visando ao atingimento de interesse comum.

A Procuradoria-Geral do Pará agradece todas as doações de livros recebidas no mês de agosto. Em especial, agradecemos a doação do livro “Comentários aos Enunciados do IBDA” pelo Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR), Márcio Morais. Recebemos o livro “Direito Digital: Direito Privado e Internet”, que foi coordenado por Guilherme Magalhães Martins e João Victor Rozatti Longhi. Também foram entregues as revistas Res Publica, nas suas edições 41 e 42, BoniJuris, na sua edição 689, COMSEFAZ, na sua edição 8, e Fadesp.

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 DOCTRINAS	5
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	5
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	5
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	6
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	6
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	7
3 JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS	8
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	10
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2024	11
6 ACERVO DIGITAL ESAP	12
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	13
8 CURSOS INTERNOS YOUTUBE	14
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	15
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	16
10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	18

DOCTRINAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A DESJUDICIALIZAÇÃO DA VIDA E O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA](#)

Luís Roberto Barroso e Patrícia Perrone Campos Mello

[ACORDO STJ-AGU ABRE NOVAS PERSPECTIVAS NA LUTA CONTRA A MOROSIDADE JUDICIAL](#)

Maria Thereza de Assis Moura

[COMPETÊNCIA LEGISLATIVA SOBRE LICITAÇÕES](#)

Rodrigo Santos Neves

[SANÇÕES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS – A FEBRE PUNITIVA](#)

Ivan Barbosa Rigolin

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[A COBRANÇA DE DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DO ICMS NO ANO-EXERCÍCIO DE 2022 DIANTE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA](#)

Caroline Possato Rocha e Silvestre Magnago de Mattos Panciere

[A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E A TUTELA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NA MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA DECISÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL \(STF\)](#)

Lucas Bevilacqua e Victor Hugo Piller Menezes

[O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA COOPERAÇÃO TRIBUTÁRIA INTRODUZIDO PELA EMENDA Nº 132/2023](#)

Marivaldo Andrade dos Santos

[O PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE E O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO \(ITCMD\) EM RELAÇÃO À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023](#)

Fabio Pereira da Silva; Kauê Guimarães Castro e Sousa e Michell Przepiorka

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DAS INTERCORRÊNCIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS NA MENSURAÇÃO DE SUA EFETIVIDADE

Lucas de Souza Leheld; Danilo Henrique Nunes e Ana Julia Conti da Cruz

SMART TAX: COMO A TRIBUTAÇÃO DAS CIDADES INTELIGENTES PODE ALCANÇAR OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Karoline Lins Câmara Marinho de Souza e Marina de Siqueira

IMPACTOS DA FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOBRE OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS

Maria Gleidivana Alves de Albuquerque e José Carlos de Souza Colares

SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA SUPERAR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E O ESGOTAMENTO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS IMPLICA GARANTIR O FUTURO DAS NOVAS GERAÇÕES

João Paulo de Souza Carneiro

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: PARADIGMAS DECISÓRIOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA

Juvêncio Vasconcelos Viana e Bruno Lima Barbalho

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO

Rodrigo Almeida Magalhães; Gabriel Gomes da Luz e Matheus Oliveira Maia

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA: ANÁLISE JURÍDICA MOSTRA DIFERENÇA NOS TERMOS. SE A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PUDESSE SER AFETADA PELA COISA JULGADA, A AÇÃO ANULATÓRIA NÃO SERIA NECESSÁRIA

Gelson Amaro de Souza

ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E ITALIANO: JUDICIÁRIO DO PAÍS EUROPEU ESTÁ UM PASSO À FRENTE DO SISTEMA DO BRASIL, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE AO JULGAMENTO DAS CONTROVÉRSIAS CONSTITUCIONAIS

Jordão Violin e Vinicius Hatschbach Vellozo

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

[A DECISÃO DO STF SOBRE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – TEMA 935. O CUSTEIO E A OPOSIÇÃO – BREVES CONSIDERAÇÕES](#)

Eduardo Bestetti e Joelto Frasson

[O STF, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA DO TRABALHO: ENTRE A MANIPULAÇÃO VIRTUAL E O CONCRETO ARTIFICIALIZADO](#)

Jorge Luiz Souto Maior

[LEIS TRABALHISTAS DE PROTEÇÃO À MULHER: REGRAS DE PROTEÇÃO AO LABOR FEMININO OBEDECEM AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE, AO TEMPO EM QUE REPRESENTAM A APLICAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO AOS DESIGUAIS](#)

Graciane Rafisa Saliba e Ludmilla Priscilla de Oliveira

[SUSTENTABILIDADE NO TRABALHO E GOVERNANÇA CORPORATIVA: COMO PODEMOS TER A JUNÇÃO DE AMBOS COM A ARBITRAGEM?](#)

Andréa Araujo Diniz Matos Zambl

JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS

“

RECURSO ESPECIAL 2079113/PE

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROPOSTO POR SINDICATO. EXTINÇÃO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. POSTERIOR AJUIZAMENTO DO CUMPRIMENTO PELO SUBSTITUÍDO. POSSIBILIDADE. INOPONIBILIDADE DA COISA JULGADA. HISTÓRICO DA DEMANDA_

STJ

Tese fixada: A extinção do cumprimento de sentença coletiva proposto pelo legitimado extraordinário, por prescrição intercorrente, não impede a execução individual do mesmo título.

[JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7331/DF

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI DAS ESTATAIS. VEDAÇÃO A
MINISTROS E SECRETARIOS DE ESTADO A OCUPAREM PRESIDÊNCIA
DE ESTATAL. CONSTITUCIONAL**

STF

São constitucionais as normas que impõem vedações à indicações de membros para o Conselho de Administração e para diretoria de empresas estatais previstas.

JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA AQUI

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE AGOSTO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - AGOSTO



2020
GUILHERME MAGALHÃES
MARTINS
JOÃO VICTOR
ROZATI LONGHI
COORDENADORES

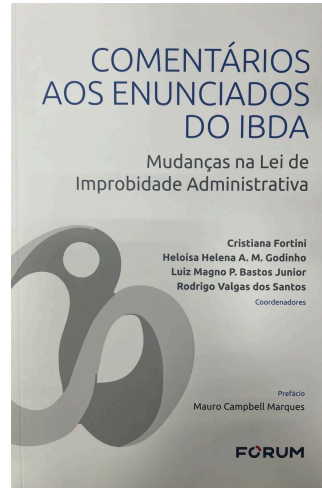
DIREITO DIGITAL

DIREITO PRIVADO E INTERNET

3ª EDIÇÃO

ATUALIZADA, REVISTA E AMPLIADA DE ACORDO COM A LEI 13.709/2019 SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS DOS USUÁRIOS DA INTERNET

EDITORA FOCO



COMENTÁRIOS AOS ENUNCIADOS DO IBDA

Mudanças na Lei de Improbidade Administrativa

Cristiana Fortini
Heloisa Helena A. M. Godinho
Luiz Magno P. Bastos Junior
Rodrigo Valgas dos Santos
Coordenadores

Prefácio
Mauro Campbell Marques

FORUM



Bonijuris

Ano 36 | # 659 | AGOSTO 2020

A BOLA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Em três anos, 50 clubes no Brasil aderiram à nova legislação das sociedades anônimas de futebol (SAFs), abrindo o mercado para investidores interessados em multiplicar o capital. Mais do que as cifras astronômicas, no entanto, o modelo exige governança profissional e fiscalização rígida. A ordem é não marcar bofeira. Pág. 20

TEMAS INSTIGANTES
Artigo de apelo publicado na região. A Bolsa 1 ano depois: o direito adquirido do atleta profissional e o plano de saúde, a possibilidade de acordo de não persecução penal em casos de importação de celular e a legalidade constitucional das licenças de outorga em propriedade em condomínio. Pág. 21

O DIREITO NA SALA DO DENTISTA
Cláudio Demora, professor e agrônomo, acadêmico de direito, Inácio Pedron toma a frente do "Fórum de um homem" para combater a resolução do CDO que liberou a harmonização contábil, uma abordagem ética profissional e nos consultórios. Pedron prevê uma avalanche de processos judiciais. Pág. 22



Revista Fadesp

Professora
Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação destaca os investimentos em T&D e a inovação em empresas para o 76º Aniversário da USP.

INTEGRAÇÃO DE DEPARTAMENTOS | FÓRUM A MÃO | INOVAÇÃO ANTICIPAÇÃO



REVISTA COMSEFAZ

JUNHO 2020 - 4ª EDIÇÃO

Pacto para moldar a reforma tributária

Com foco no debate pelo federalismo fiscal, Conselho deplurios grupos de trabalho que fizeram a elaboração dos leis complementares.

As perdas causadas pela CNAJ

Entrevista



ISSN 1413-5873

Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

19º 01 jan./mar. 2024



RES PUBLICA

Autonomia da Advocacia Pública: uma reparação histórica

O Dia Nacional de Abolição pelo Advogado Público, instituído em 19 de maio, no Conselho Superior de Advocacia Pública (CSAP), por meio da Resolução nº 101, de 19 de maio de 2019, do Conselho Superior de Advocacia Pública (CSAP), instituiu o Dia Nacional de Abolição pelo Advogado Público (DNAP) em 19 de maio de 2020.

Esta edição significa uma reparação de longo prazo. No dia anterior (18/05), o CSAP aprovou a Resolução nº 101, de 18 de maio de 2020, que instituiu o Dia Nacional de Abolição pelo Advogado Público (DNAP) em 19 de maio de 2020.

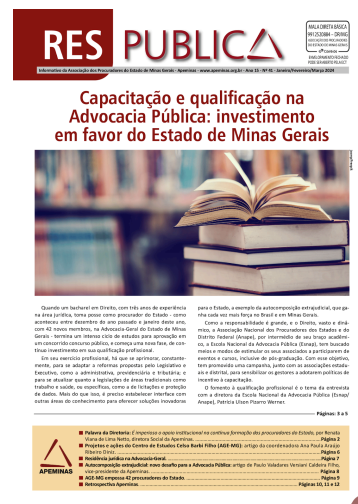
Em entrevista, o presidente do Apeamins, Victor Braga, explica a importância da autonomia da advocacia pública e a necessidade de um benefício social compatível para a advocacia pública, que seja necessário para a permanência da advocacia pública, após o Conselho Nacional. "Obrigado de sempre" por um momento histórico não apenas para a advocacia pública e a sociedade brasileira.

Páginas 3 a 5

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro.

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro.

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro.



RES PUBLICA

Capacitação e qualificação na Advocacia Pública: investimento em favor do Estado de Minas Gerais

Quando um bacharel em Direito, com três anos de experiência e uma prática, chega ao primeiro emprego do Estado, enfrenta um desafio: a falta de formação específica. Como a responsabilidade é grande, e o Direito, vasto e diverso, o bacharel precisa se qualificar. O Conselho Superior de Advocacia Pública (CSAP) do Estado de Minas Gerais, através do Conselho Superior de Advocacia Pública (CSAP), tem um plano de capacitação e qualificação em favor do Estado de Minas Gerais. O plano prevê a realização de cursos, workshops, seminários e outras atividades que visam à qualificação profissional.

O plano prevê a realização de cursos, workshops, seminários e outras atividades que visam à qualificação profissional.

O plano prevê a realização de cursos, workshops, seminários e outras atividades que visam à qualificação profissional.

Páginas 6 a 8

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado de Minas Gerais.

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado de Minas Gerais.

RES PUBLICA é o periódico de divulgação científica e jurídica da Advocacia Pública do Estado de Minas Gerais.

ACERVO DIGITAL ESAP

- [LIVROS](#)
- [PERIÓDICOS](#)
- [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - AGOSTO

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
O LÍDER DO FUTURO E O SERVIÇO PÚBLICO	PRESENCIAL	20/08/2024	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR (Parte 1) CLIQUE AQUI PARA ACESSAR (Parte 2)

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
CORAL PGE- ENSAIO	PRESENCIAL	05, 12, 19, E 26/09/2024	ESAP
TREINAMENTO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	PRESENCIAL	03, 12 E 17/09/2024	ESAP
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	05, 12, 19 E 26/09/2024	ESAP
III SIMPÓSIO DE DIREITO AMBIENTAL- DIÁLOGOS INTEGRADOS- ADVOCACIA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DESAFIOS JURÍDICOS PARA A COP30	HÍBRIDO	05 E 06/09/2024	ESAP
CURSO IMPLICAÇÕES DO USO DO SIAT NAS EXECUÇÕES FISCAIS	PRESENCIAL	10/09/2024	ESAP
DIVERTIDAMENTE - IDENTIFICANDO E LIDANDO COM EMOÇÕES	HÍBRIDO	17/09/2024	ESAP
V WORKSHOP ROTINA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: TREINAMENTO SOBRE PLANEJAMENTO DA ALIMENTAÇÃO NO DIA A DIA	PRESENCIAL	20/09/2024	ESAP

<u>ALZHEIMER- MITOS E VERDADES SOBRE A DOENÇA</u>	HÍBRIDO	27/09/2024	ESAP
<u>BIENAL DAS AMAZÔNIAS</u>	HÍBRIDO	04/10/2024	ESAP
<u>PALESTRA SOBRE SAÚDE PÉLVICA</u>	HÍBRIDO	09/10/2024	ESAP
<u>PALESTRA SOBRE HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA</u>	HÍBRIDO	18/10/2024	ESAP
<u>OFICINA DE AUTOMAQUIAGEM PARA TRABALHAR</u>	PRESENCIAL	24/10/2024	ESAP
<u>DE VOLTA AO COMEÇO: BATE-PAPO SOBRE ENVELHECIMENTO</u>	HÍBRIDO	25/10/2024	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
<u>38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO</u>	PRESENCIAL	08 A 10/10/2024	IBDA	<u>ACESSE AQUI</u>
<u>REVISÃO, REAJUSTE E REACTUAÇÃO DOS CONTRATOS, INCLUSIVE DAS ESTATAIS - DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021, E A LEI Nº 13.303/2016</u>	ONLINE	14 A 17/10/2024	ZÊNITE	<u>ACESSE AQUI</u>

40 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA APLICAR A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	ONLINE	14 A 18/10/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	ONLINE	21 A 25/10/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
FENALAW 2024	PRESENCIAL	23, 24 E 25/10/2024	UNBOX EVENTOS	ACESSE AQUI
2ª CONEXÃO ZÊNITE- CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM EVOLUÇÃO- DESAFIOS E SOLUÇÕES, COM FOCO NA EFICIÊNCIA	PRESENCIAL	06 A 08/11/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
50º CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DO ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL	PRESENCIAL	11 A 14/11/2024	ANAPE	ACESSE AQUI
ESTUDO DE CASOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS- DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E A JURISPRUDÊNCIA DO TCU	ONLINE	25 A 28/11/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 JML](#)

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 FORUM](#)

SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)
- **FGV ONLINE**
(<https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online>)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Gustavo Lima da Silva, Carlos Eduardo Ricarte e Isadora Maria de Abreu Oliveira.

Fechamento desta edição: 31/08/2024

